

# Vicente Pires irregular e sem água

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

A expansão das ocupações irregulares às margens dos córregos que cruzam Vicente Pires ameaça a regularização fundiária da região. A manutenção de 430 construções em áreas de preservação permanente (APP) coloca em risco o abastecimento de água dos 45 mil moradores do setor habitacional. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) começou ontem a notificar os ocupantes dos lotes próximos aos córregos. O órgão promete suspender o licenciamento da obra que vai levar água encanada a todo a região se o Governo do Distrito Federal não acelerar a desocupação das áreas de preservação. O GDF começou ontem mesmo a fazer as derrubadas: duas casas em APP foram demolidas. E o governo promete continuar com o trabalho nas próximas semanas.

Em setembro do ano passado, o GDF, o Ibama e o Ministério Público Federal assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a liberação emergencial das licenças ambientais. O documento permitiria a construção do sistema de água. Para chegar a um acordo, o GDF se comprometeu a demolir todas as ocupações de áreas de preservação permanente até setembro de 2006.

“Ao invés de diminuir, o número de construções em APP aumentou. Trinta novas obras surgiram de setembro do ano passado para cá. Se o governo não se comprometer a acabar com as ocupações irregulares até sexta-feira, podemos suspender a licença para a obra da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal)”, ameaça o superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares.

A construção das redes de abastecimento de água em Vicente Pires vai ajudar a reduzir os problemas ambientais da região. Os poços irregulares sobrecarregam os recursos hídricos e esgotam ainda mais os córregos que cruzam Vicente Pires. “Os poços irregulares colocam em risco o meio ambiente e a saúde da população, que não tem acesso à água de qualidade. Estamos construindo cerca de 1km de rede por dia e vamos concluir a obra até o início do ano que vem”, explica o presidente da Caesb, Fernando Leite. A obra vai custar R\$ 46 milhões e tem financiamento da Caixa Econômica Federal.

## Derrubadas

A legislação ambiental proíbe qualquer tipo de construção em

Fotos: Hiram Vargas/Especial para o CB



DUAS CASAS ERGIDAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE, QUE ESTAVAM VAZIAS, FORAM DEMOLIDAS NA OPERAÇÃO DE ONTEM: TRABALHO PROSSIGUE ATÉ O FINAL DA SEMANA

área de 30m a partir das margens de lagos, lagoas, rios e córregos. As duas demolições realizadas ontem pelo Ibama e pelo GDF foram feitas nas chácaras 21 e 22. A vegetação do local mostra que os responsáveis pelos lotes aterraram parte do córrego. Nos terrenos há buritis e é possível ouvir as águas correrem. As casas que estavam ocupadas não foram derrubadas, os tratores demoliram apenas as construções inabitadas. As operações dos próximos dias são mantidas em segredo para não atrapalhar o trabalho dos fiscais.

O subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, José da Luz, explica que já foi feito um levantamento de todas as casas em situação irregular. “As construções nos limites de APP serão removidas. Quem constrói nos terrenos próximos aos córregos está em situação irregular e deve se adequar à lei”, explica o subsecretário.

De setembro de 2005 até ontem, o Ibama expediu 42 autos de infração a ocupantes de áreas às margens do córrego. Para o superintendente regional do órgão, os danos ambientais são incalculáveis. “Especuladores desrespeitam o acordo assinado, ocupam



nascentes e aterram os córregos. Com isso, 45 mil pessoas estão na iminência de ter cancelado todo o processo de licenciamento e abastecimento de água”, detalha Francisco Palhares.

O secretário de Comunicação do DF, Marcus Vinícius Bucar,

explica que o governo vai fazer todo o esforço necessário para evitar qualquer prejuízo ao andamento das obras de abastecimento de água. “São quase R\$ 50 milhões em jogo e uma obra que pode beneficiar quase 50 mil pessoas. Vicente Pires tem

problemas com a água contaminada, o sistema de abastecimento é uma obra de grande importância. Vamos sacrificar as construções em áreas irregulares para beneficiar todos os outros moradores da região”, completa Marcus Vinícius.

Os estudos de impacto ambiental da região já estão prontos e são a esperança de regularização da comunidade. O presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires, Dirsonmar Chaves, reclama das derrubadas e das ameaças aos ocupantes de todos os lotes em APP. “Sabemos que algumas construções realmente precisam ser desconstituídas, mas o estudo ambiental indica a possibilidade de permanência de outras. Bastaria fazer compensações ambientais ao invés de demolir todas as casas indiscriminadamente”, reclama Dirsonmar.

O Ministério Público Federal também recomendou a suspensão de qualquer processo de regularização até a análise final dos estudos de impacto ambiental. A procuradora da República no Distrito Federal, Ana Paula Mantovani, assinou a recomendação para evitar a expansão das ocupações de APP.